

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO

Revisão: 04	Data: 10/07/2025
Nome do Processo	Autorização para Aplicação e Resgate (APR)
Unidade Gestora/Executora	Instituto de Previdência do Município de João Pessoa

1. FUNDAMENTO LEGAL

Art. 76 da Portaria MPS nº 1.467/2022, Anexo I

2. OBJETIVO

Registrar as movimentações financeiras de recursos do RPPS identificando a finalidade de aplicação e/ou resgate dos fundos de investimentos existentes na carteira do IPMJP.

3. LISTA DE TERMOS

APLICAÇÃO: Colocação de alguma importância econômica em determinado destino, com finalidade de rentabilizar-se.

RESGATE: Ato ou efeito de resgatar(-se), mediante o pagamento de quantia determinada. A quantia paga por essa libertação.

ADMINISTRADOR: Que ou o que administra, gerencia; administrante.

GESTOR: Que ou aquele que gerencia bens ou negócios de outrem; administrador.

TAXA DE PERFORMANCE: Percentual cobrado pelo gestor do fundo sobre o resultado que superar o benchmark (referência) do fundo.

RETORNO: Valor percebido no Fundo de Investimentos após um lapso temporal.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O Patrimônio Líquido ou Capital Próprio representa os valores que os cotistas têm no fundo de investimentos em um determinado momento.

VALOR DA COTA: Preço a ser pago por uma Cota do Fundo de Investimentos.

COTA: Fração de um fundo.

COTISTA: Proprietário de contas do fundo de investimentos.

4. LISTA DE SIGLAS

IPMJP : Instituto de Previdência do Município de João Pessoa

RPPS: Regime Próprio de Previdência Social

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

PL: Patrimônio Líquido

5. ABRANGÊNCIA

Assessoria de Investimentos, Contabilidade, Diretoria Administrativa e Financeira, Comitê de Investimentos.

6. AÇÕES EM CASO DE NÃO CONFORMIDADE

1 – Em caso de dados incompatíveis com a aplicação ou resgate: Entrar em contato com a instituição financeira e solicitar a correção dos dados.

2 – Em caso de produtos que estejam com enquadramento errado, ou fora da estratégia da política de investimentos: Solicitar resgate e produzir de imediato APR com as informações de correção.

7. PERIODICIDADE DO PROCESSO

Mensal. Podendo ocorrer diariamente.

8. PROCEDIMENTOS

1 – CONTABILIDADE

1.1 – Enviar todos os extratos das movimentações financeiras a consultoria de investimentos;

2 – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

2.1 – Receber, conferir e alimentar o sistema para produção do documento APR;

3 – ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS

3.1 – PRIMEIRA FASE

3.1.1 – Entrar no sistema da consultoria, preencher com os dados necessários as APRs;

3.1.2 – salvar as APRs na pasta referente do servidor remoto, conferir com as movimentações bancárias;

3.1.2 - Ao término, enviar as informações para o Sistema de Cadastro dos Regimes Próprios de Previdência Social (CADPREV).

3.2 SEGUNDA FASE

3.2.1 – Digitalizar e enviar o documento para publicação no portal do IPMJP.

4 – SUPERINTENDENTE E GERENTE DE RECURSOS

4.1 – Assinar as APRs

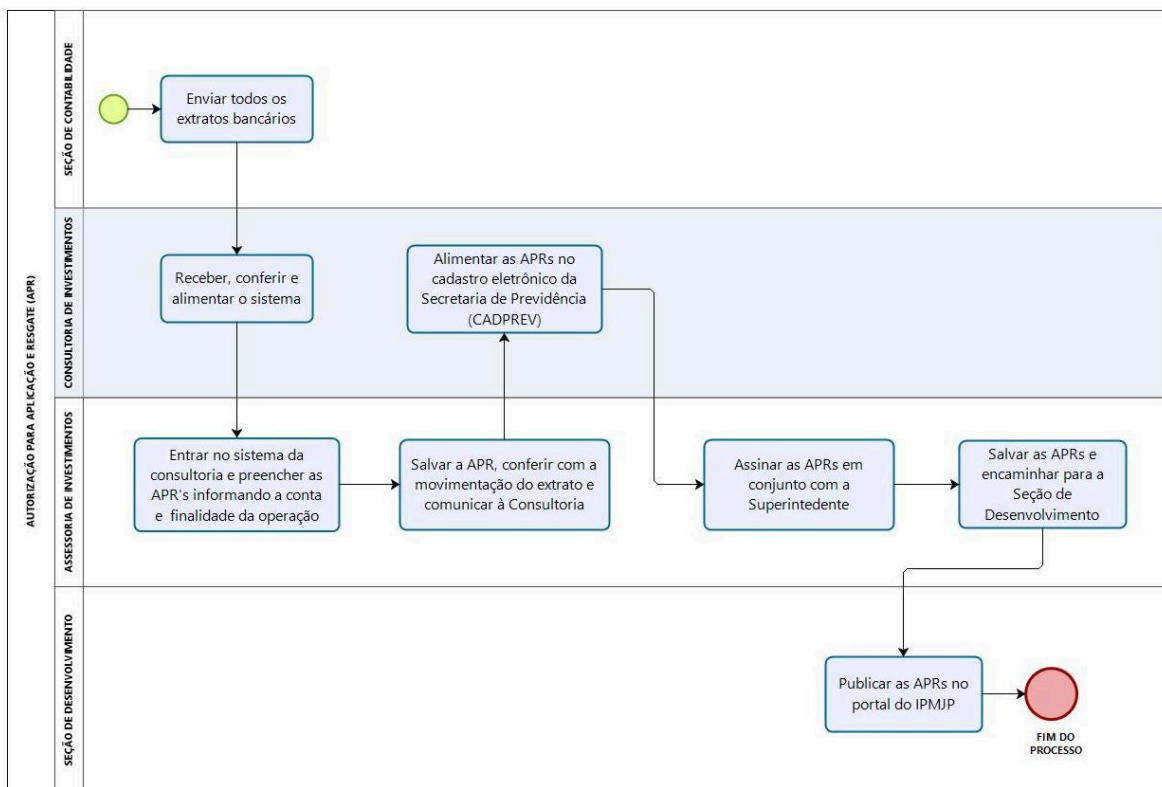
4.2 – Remeter para a ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS;

5 – SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

5.1 – Publicar as informações no Portal do IPMJP.

9. FLUXOGRAMA DO PROCESSO

9.1 – Fluxograma do Processo de Autorização para Aplicação e Resgate



AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE - APR Art. 76 da Portaria MPS nº 1.467/2022, Anexo I		
AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE - APR UNIDADE GESTORA DO RPPS: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - IPMJP CNPJ: 40.955.403/0001-09		Nº / ANO:
		DATA:
VALOR (R\$):	TIPO DE OPERAÇÃO:	Dispositivos de resolução do CMN: 4.963/2021.
HISTÓRICO / DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO:		
CARACTERÍSTICAS DO ATIVO:		
(NOME DO FUNDO)		CNPJ:
Administrador:		Taxa de Administração:
CNPJ do Administrador:		Benchmark:
Gestão:		Taxa de Performance:
CNPJ da Gestão:		Retorno:
Disponibilidade dos recursos resgatados:		Patrimônio líquido:
Data de início do fundo:		Valor da cota:
Proponente:	Gestor/Autorizador:	Responsável pela liquidação da operação:
	CPF:	
CPF:	Certificação: ANBIMA	CPF:
	Validade:	